JOVENIL DONATO FERNANDES 74889176934 (DONATO LAVA JATO), CNPJ 46.709.644/0001-54, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU JUNTO À DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL (DELFAM), O LICENCIAMENTO AMBIENTAL (LAR), SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, LOCALIZADA AVENIDA JOÃO MARCOS CARDOSO, 275 E, BAIRRO TETO VERDE, EM JUÍNA – MT.

E S BALDASSON COMERCIO E SERVICOS (FORT PNEUS), CNPJ 13.356.458/0001-20, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU JUNTO À DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL (DELFAM), A RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL DE REGULARIZAÇÃO (LAR N° 005/2019), PARA ATIVIDADES RELACIONADAS A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS, LOCALIZADA NA AVENIDA MATO GROSSO, 1585 WN, SETOR F, MÓDULO 05, EM JUÍNA – MT.

J G NAGLIATI E O M JUNIOR LTDA, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEMMADRS)a Licença prévia, instalação e operação para atividade de serviços de ATIVIDADE ODONTOLOGICA localizado na Avenida Couto Magalhães,2320,em Várzea Grande/MT.

MT TRUCK LOCAÇÕES LTDA, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Campo Verdea Licença prévia, instalação e operação para atividade de serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores localizado na Rua Santa Maria ,Quadra 8 lote 3, Jardim Ipanema, em Campo Verde/MT.

GINEZ GIMENES NETO.,CPF: 065.632.251-95 e RG 19106920, torna Público que está requerendo na SEMA-MT, as Licenças Ambientais, Licença de Instalação, Prévia e Operação para extração e beneficiamento de minério de ouro, referente aos processos de permissão de lavra garimpeira n. 866872/2005; 867148/2005; 867152/2005; 867151/2005; 867150/2005 e 867147/2005, Localizado Zona Rural de Poconé/MT.

DAMA AGRONEGÓCIOS LTDA, CNPJ nº 46.400.532/0001-17, com sede na Rua Flamboyants, nº 633N, Sala 2C, Centro, Nova Mutum/MT, torna-se público, que está requerendo da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, **Licença por Adesão e Compromisso - LAC**, para semiconfinamento de 500 cabeças de bovinos, a ser instalada na Fazenda São Gabriel, localizada na Rod MT-249, Km 10,7, Zona Rural, São José do Rio Claro/MT, coord. geográficas, Lat. 13º 50' 54,24" S e Long. 56º 38' 22,43" W.

LATINA AGRO INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA – CNPJ Nº 06.287.157/0002-07, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SAMA, a **Licença Prévia e de Instalação** para sua atividade de comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo, de cereais e leguminosas beneficiados e depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, localizada na BR-163, Faixa de Domínio Direita (Perimetral Sudeste), S/N, Lote 5/6 Loteamento Gleba Sorriso, Sorriso/MT. Não foi determinado EIA.

MARCOS ZANCHET, CPF Nº571.197.241-34torna público que requereu junto a SEMA a RETIFICAÇÃO DA LICENÇA FLORESTAL – LF nº1600/2020, bem como o cadastramento de novo PMFS/POA, Fazenda Morada do Sol I II e III. O empreendimento localiza-se Nova Maringá/MT

POSTO DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS B T. COMBR LTDA-Posto CPN-BH torna público que requereu a SEMA-MT, a Renovação da Licença de Operação, para atividade de Posto Revendedor de combustíveis, sito Av. Belo Horizonte, 2.520, Cidade Primavera II, Primavera do Leste/MT.

MARCIO ANTONIO PORTOCARRERO, CPF: 128.126.257-91, torna público que requereu junto à **Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso – SEMA/MT**, o pedido de **Licença por Adesão e Compromisso** (**LAC**) para Revitalização de uma estrada vicinal de 16 km, do empreendimento denominado Fazenda Retiro Novo, localizado no Município de Cáceres/MT. Coordenadas Geográficas: Latitude 16°30'41,0960"S e Longitude 57°55'25,0460"O.

GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO., CNPJ: 410.620.511-49. Torna-se público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável - **SMADESS**, o pedido de Adequação Ambiental para a Licença de Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação para atividade de Galpão Comercial, localizado esquina com a Rua Marques de Pombal e Rua Dom Manuel, Nº 13, Morada dos Nobres, 78068-100, Cuiabá MT.

LAVANDERIA APOLO LTDA - EPP, CNPJ n° 03.140.308/0001-20, endereço Av. São Sebastião N° 2902 – Bairro Quilombo município de Cuiabá MT torna público que requereu junto à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Cuiabá-MT a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), para atividade de Lavanderias.

LAVANDERIA SÃO SEBASTIÃO LTDA ME, CNPJ n° 06.926.545/0001-00,endereço Av. São Sebastião N° 3124 – Bairro Santa Helenamunicípio de Cuiabá MT torna público que requereu junto à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Cuiabá-MT a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), para atividade de Lavanderias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022

O Município de Alto Boa Vista Estado de Mato Grosso torna público a todos os interessados, que realizará Licitação, no dia 03 de Novembro de 2022, às 08:00 horas (horário local), na sede da prefeitura, regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações e pelas condições estabelecidas no Edital de TOMADA DE PREÇO n° 005/2022, para a seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO BARRACÃO DOS IDOSOS ANEXO AO PREDIO DO CRAS NO MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA-MT". Os proponentes interessados poderão obter o edital completo na sede da Prefeitura de Alto Boa Vista, à Av. Moises D. Montiel, n.º 975, Vila Real, no horário de 12:00 ás 17:00, pelo telefone (66) 98440-9467 e no site www.altoboavista.mt.gov.br. Alto Boa Vista-MT, 18 de outubro de 2022.

EDGAR FREDERICO DA SILVA - Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 003/2022

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista–MT, torna público aos interessados o resultado de licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO N° 003/2022, no tipo menor preço global, para a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM TSD, DRENAGEM SUPERFICIAL VIÁRIA E PASSÉIO PÚBLICO EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA-MT, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO N° 2259-2022/SINFRA", sagrou-se vencedora a empresa: GESSE VITOR LEITE DE BRITO - EPP, com o valor de: R$ 3.077.018,33 (três milhões, setenta e sete mil, dezoito reais e trinta e três centavos). Alto Boa Vista - MT, 18 de Outubro de 2022.

EDGAR FREDERICO DA SILVA - Presidente de CPL

A ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, CNPJ 03.467.321/0001-99 torna público que requereu à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA/MT a Licença Ambiental Simplificada (LAS) da Subestação de 138 kV Ferronorte, atualmente o empreendimento opera através da Licença de Operação nº 316866/2018 no Processo de Licenciamento SEMA/MT nº 73239/2006.

Odenir Sebastiao de Freitas. (NG Produtos Recicláveis). 22.899.404/0001-00, torna público que requereu a Secretaria Estadual do Meio Ambiental de Mato Grosso (SEMA-MT) a Alteração de Razão Social e Renovação de Licença de Operação, para Comercio Atacadista de Resíduos de Papel no município de Várzea Grande / MT, Juntada no processo: 385606/2019.

GANA TRANSPORTE LTDA (CNPJ: 03.396.004/0001-29), ENDEREÇO: AV LIONS INTERNACIONAL, N° S/N, BAIRRO: NOVA ESPERANÇA, PEIXOTO DE AZEVEDO-MT CEP: 78.530-000, REQUEREU A SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE SEMA-MT, O PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA PARA ATIVIDADE: TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS.

SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 61.064.838/0050-11, RODOVIA DOS IMIGRANTES, DISTRITO INDUSTRIAL, 3728, 78.098-325, REQUEREU A SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – SEMA – MT, O PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO-METÁLICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA
AVISO DE LICITAÇÕES - PREGÃO PRESENCIAL
ROCESSO Nº 097/2022. PR SRP Nº 053/2022.

O Município de P. da Serra/MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos int., que fará Licitação na mod. de PR PRESENCIAL SRP Nº 053/2022, tendo como REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FABRICAÇÃO E FORNECIMENTO DE UNIFORMES ESCOLARES E CAMISETAS PARA CAMPANHAS EDUCATIVAS, CAMPANHAS DE SAÚDE, CAMPANHAS SOCIAIS ENTRE OUTRAS DE ORDEM PUBLICA, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PLANALTO DA SERRA – MT, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I- Termo de Referência parte integrante do edital, com realização prevista para o dia 01/11/2022 ás 08:00 HORAS (horário de Mato Grosso). O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: www.planaltodaserra.mt.gov.br. Comissão de pregão, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, Tel: 66 3328-6101.

ANNIELY OLIVEIRA DOS SANTOS MARQUES
PREGOEIRA

PAULO SERGIO ALVES DE MELLO - ME
CNPJ: 20.285.160/0001-31
COMUNICADO DE ABANDONO DE EMPREGO

A empresa **Paulo Sergio Alves de Mello-ME**, CNPJ: 20.285.160/0001-3, com sede Av. Miguel Sutil, 9.300,Piso L 2, Sala 5EC02023 SHOP ES. Santa Rosa, Cuiabá, MT, CEP 78040-365, convida a funcionária **Joelma Alves de Souza**, CPF: 064.458.421-19, portadora da CTPS nº 60571, série 0026, a comparecer, a fim de retornar ao emprego ou justificar as faltas desde 16/09/2022, dentro do prazo de 72 horas a partir da publicação, sob pena de ficar rescindido, automaticamente, o Contrato de Trabalho, nos termos da letra "i" do Artigo 482, da C. 19/10, 20/10 e 21/10/2022

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE BARRA DO GARÇAS2ª VARA CÍVEL DE BARRA DO GARÇAS EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DO EDITAL: 45 DIAS EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO AUGUSTA PRUTCHANSKY MARTINS GOMES NEGRÃO NOGUEIRA PROCESSO N. 0016217-70.2016.8.11.0004 VALOR DA CAUSA: R$ 206.882,50 ESPÉCIE: [PROPRIEDADE]->PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) REQUERENTE(S): NOME: EMBRA EMPREENDIMENTOS BRASILEIROS LTDA – ME ENDEREÇO: DESCONHECIDO REQUERIDOS(AS): NOME: MARIA PIEDADE LOPES DIAS ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL, N. 19, CPA 2, CUIABÁ - MT - CEP: 78055-508 NOME: ATAIDE DIAS DA SILVA ENDEREÇO: DESCONHECIDO NOME: J R GUIMARAES & GUIMARAES LTDA – ME ENDEREÇO: DESCONHECIDO NOME: JOSEMIRO RIBEIRO GUIMARAES ENDEREÇO: DESCONHECIDO NOME: EDEN SAVIO PEREIRA DA SILVA ENDEREÇO: DESCONHECIDO NOME: DAIANE SILVA SOUZA ENDEREÇO: DESCONHECIDO NOME: FREIOS E TACOGRAFOS LTDA – EPP ENDEREÇO: DESCONHECIDO NOME: JOSEMAR OENING ENDEREÇO: DESCONHECIDO FINALIDADE: EFETUAR A CITAÇÃO do(s) requerido(s) do ausente, acima qualificado(s), atualmente em lugar incerto e não sabido, para tomarem conhecimento da ação, cujo resumo da petição inicial segue abaixo, bem como para habilitarem-se nos presentes autos, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. RESUMO DA INICIAL: EMBRA EMPREENDIMENTOS BRASILEIROS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ. N° 52.171.840/0001-10, com sede à rua do Bosque, ny, 258-Barra Funda, na Capital de São Paulo, por seu procurador e advogado que esta subscreve, vem. respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor, pelo procedimento comum, AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ESCRITURAS PÚBLICAS e/e REINTEGRAÇÃO DE POSSE & INDENIZAÇÃO, em face de ATAIDE DIAS DA SILVA, brasileiro, casado com MARIA PIEDADE LOPES DIAS, ele administrador, portador do RG n° 033.058.-SSP-MT, e inscrito no CPF n° 140.986.791-91, residentes e domiciliados à rua Goiás, n° 704 - Centro, nesta cidade de Barra do Garças-MT; e "AD-CAUTELA", contra J. R. GUIMARÃES & GUIMARÃES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 74.131.442/0001-03, representada por seu proprietário Sr. Josemiro Ribeiro Guimarães, brasileiro, casado, portador do RG nº 319.398.-SSP-MT e CPF n° 181.108.511-34, residente e domiciliado à rua do Ouro, s/n, Bairro Jardim Nova Barra do Garças, nesta cidade de Barra do Garças-MT; EDEN SAVIO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, bancário, portador do RG nº 1.012.028-9/SJ-MT e do CPF 569.076.051-04, casado, sob o regime de comunhão parcial de bens com a Sra. DAIANE SILVA SOUZA, do lar, portador do RG. 046078-0/SSP-MT e do CPF nº 870.562.081-34, residente e domiciliados na rua José Rodrigues dos Santos, n° 917 Jardim Pitaluga, nesta cidade de Barra do Garças-MT, e FREIOS E TACOGRAFOS LTDA, pessoa juridica de direito privado, inscrita no CNPJ n 07.301.164/0001-06, com sede na Avenida Governador Jaime Campos, nº 03,lote 14, quadra 100, Setor Industrial, Jaardim Nova Barra do Garças (Bairro São João), nesta cidade de Barra do Garças-MT, representada pelo sócio proprietário Sr. Josemar Dening, portador do CPF nº 569.930.721/49, residente e domiciliado nesta cidade de Barra do Garças-MT, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS Pela ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA, lavrada em datada de (24/março/1.987), junto ao Cartório do 1º Oficio e Registro Imobiliário de Barra do Garças MT, folhas 28/32, livro 263, a Autora adquiriu os imóveis objetos da Quadra 169 - Lotes 01/25 ou (Matriculas de n° 30.028 à 30.052) do loteamento denominado "JARDIM NOVA BARRA DO GARÇAS", assim descritos: Matricula nº 30.028 Lote a 01, com a área de 450,00 m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente para a Praça Bandeirantes, medindo 42,42 metros; Indo direito para o lote nº 02, medindo 30 metros; lado esquerdo com 30 metros para o lote nº 25; Matricula nº 30.029 - Lote nº 02, com a área de 450,00 metros2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente com 15,00 metros para a Avenidade Presidente Vargas; lado direito com 30,00 metros para o lote nº 03; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote 01; c, fundos com 15.00 metros para o lote nº 04: Matricula n° 30.030-Lote n° 03, com a área de 437,50m2 (quatrocentos e trinta e sete metros e cinquenta centimetros quadrados), limitando a frente com 10,00 metros para a Avenida Presidente Vargas; canto 07,07 metros para a mesma; lado direito com 25,00 metros para a rua Jardim; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote 02; e fundos com 15.00 metros para o lote 04; Matricula nº 30.031 - Lote n° 04, com a área de 450,00 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente com 15,00 metros para a rua Jardim; lado direito com 30.00 metros para o lote nº 05, lado esquerdo com 30.00 metros para o lote 2 e 3, e, fundos.com 15,00 metros para o lote nº 25; Matricula n° 30.032 Lote n° 05, com a área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados). limitando a frente para a rua Jardim, medindo 15,00 metros, lado direito com 30,00 metros para o lote nº 06; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote nº 04 e fundos com 15,00 metros para o lote n° 24: Matricula nº 30.033 Lote n° 06, com a área de 450,,. m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente para a rua Jardim, medindo 15.00 metros; lado direito com 30,00 metros para o lote nº 07, lado esquerdo com 30,00 metros para o lote nº 05 e, fundos com 15,00 metros para o lote n° 23; Matricula nº 30.034 - Lote n° 07, com a área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) limitando a frente com 15,00 metros para a rua Jardim: lado direito com 30,00 metros para o lote nº 08; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote nº 06, e fundos com 15,00 metros para o lote nº 22; Matricula n° 30.035 Lote n° 08, com a área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente com 15,00 metros para a rua Jardim; lado direito com 30,00 metros para o lote nº 09; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote 07; e fundos com 15,00 metros para o lote nº 21: Matricula nº 30.036 Lote nº 09, com área de 450,00m2, (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente para a rua Jardim, medindo 15,00 metros; lado direito com 30,00 metros para o lote nº 10; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote n° 08; e fundos com 15,00 metros para o lote n° 20; Matricula nº 30.037- Lote n° 10, com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente para a rua Jardim, medindo 15,00 metros; lado direito cm 30,00 metros para o lote nº 11: lado esquerdo com 30,00 metros para o lote nº 09; e, fundos com 15,00 metros para o lote n° 19; Matricula n° 30.038 Lote n° 11, com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente com 15,00 metros para a rua Jardim; lado direito com 30,00 metros para o lote n° 12; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote nº 10; e fundos com 15,00 metros para o lote nº 18: Matrícula n° 30.039-Lote n° 12, com área de 450,00m2, (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente com 15,00 metros para a rua Jardim; lado direito com 30,00 metros para os lotes 13 e 14; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote nº 11; e, fundos.com 15,00 metros para o lote nº 17; Matricula n° 30.040-Lote n° 13, com área de 437,50m2 (quatrocentos e trinta e sete metros e cinquenta centímetros quadrados) limitando a frente com 10,00 metros para a rua Dona Delvita Galvão; canto com 7,07 metros para a mesma; lado direito com 30.00 metros para o lote nº 14; lado esquerdo com 25,00 metros para a rua Jardim; e fundos com 15.00 metros para o lote n° 12: Matricula nº 30.041 Lote n° 14, com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente com 15,00 metros para a rua Dona Delvita Galvão: lado direito com 30,00 metros para o lote 15; lado esquerdo com 30,00 metros para o lorte nº 13, e fundos com 15.00 metros para o lote nº 12; Matricula nº 30.042 Lote n° 15, com área de 450,002 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente com 15.00 metros para a rua Dona Delvita Galvão; lado direito com 30,00 metros para o lote nº 16; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote n° 17; Matricula nº 30.043 - Lote n° 16, com área de 437,50m2 (quatrocentos e trinta e sete metros e cinquenta centímetros quadrados), limitando a frente com 10,00 metros para a rua Dona Delvita Galvão, canto 7,07 metros para a mesma; lado direito com 25,00 metros para a Avenida Duque de Caxias; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote 15 e, fundos com 15.00 metros para o lote nº 17; Matricula n° 30.044 Lote n° 17, com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente com 15,00 metros para a Avenida Duque de Caxias; lado direito com 30,00 metros para o lote nº 18; lado esquerdo com 30,00 metros para os lotes n's 15 e 16; e fundos com 15,00 metros para o lote nº 12; Matricula n° 30.045 Lote n° 18, com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente para a Avenida Duque de Caxias, medindo 15,00 metros, lado direito com 30,00 metros para o lote n° 19; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote nº 19, lado esquerdo com 30,00 metros para o lote nº 17; e fundos com 15,00 metros para o lote n° 11; Matrícula nº 30.046 Lote n° 19, com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente com 15,00 metros para a Avenida Duque de Caxias; lado direito com 30,00 metros para o lote nº 20; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote nº 18; e fundos com 15,00 metros para o lote nº 10; Matricula n 30.047 Lote n° 20, com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente com 15,00 metros para a Avenida Duque de Caxias, lado direito com 30,00 metros para o lote n° 21; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote n° 19; c fundos com 15.00 metros para o lote nº 09: Matricula n° 30.048 Lote n° 21, com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente com 15,00 metros para a Avenida Duque de Caxias; lado direito com 30,00 metros para o lote n° 22; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote at 20 e, fundos com 15,00 metros para o lote nº 08, Matricula nº 30.049 Lote n° 22, com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente com 15,00 metros para a Avenida Duque de Caxias; lado direito com 30.00 metros para o lote 23, lado esquerdo com 30,00 metros para o lote nº 21; e fundos com 15,00 metros para o lote nº 07; Matricula nº 30.050 -Lote nº 23, com 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente com 15,00 metros para a Avenida Duque de Caxias; lado direito com 30,00 metros para o lote n° 24; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote n° 22; e fundos com 15.00 metros para o lote nº 06: Matricula nº 30.051 Lote n° 24, com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente com 15,00 metros para a Avenida Duque de Caxias, lado direito para o lote nº 25, medindo 30,00 metros; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote nº 23. e fundos com 15,00 metros para o lote nº 05: Matricula nº 30.052 Lote n° 25, com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), limitando a frente para a Avenida Duque de Caxias, medindo 15,00 metros; lado direito com 30,00 metros para o lote nº 01; lado esquerdo com 30,00 metros para o lote nº 24; e fundos com 15,00 metros para o lote nº 04; Assim em uma das visitas nos imóveis de sua propriedade, verificou movimentação estranha e questionando as pessoas lá presentes, descobriu tratar-se de pessoas que se diziam proprietários. Estranhando o fato, diligenciou na obtenção de certidão das matriculas dos seus imóveis e descobriu, com surpresa, que tramita um processo junto a Diretoria do Forum de Barra do Garças-MT, o processo n° 186319, postulado pelo Requerente: Cartório do 1 Oficio de Registro de Imóveis de Barra do Garças e Requerido o Juiz de Direito do Foro desta Comarca de Barra do Garças-MT, requerendo o PEDIDO DE PROVIDÊNCIA, alegando a existência de duplicidade de Matriculas nos lotes 01/25 da Quadra 169 do Loteamento Jardim Nova Barra do Garças- Matrícula de n° 5.854 e pelas Matriculas de a's. 30.028 30.052. (...). Animeando aqueles notes do process administrativo just a Diretoria do Forumdest Comarca, Autor complendo utes do processo, departs-se com a falsifiesclo de levestur de Escritura Pablics de Compra e Vends, dataila de 18.09.2003, lavrada Cartiris de 2 Oficis da Comares de Aragarças-GO, Livrs 08, Fallas 174/178 m que a Autora EMBRA, estaria vendends as lotes 01 à 25 todas da Quadra 169 a pes de ATAIDE DIAS DA SILVA, or Primeira Requerido PerimenteAutors retornos novamente até ao CRL Local, na tentativa de reiterar i ses pedido, querendo Certidões de registros dominiais das matriculas de seus imóveis, ocasião que em data de 63.06.2016, a Carrio expediu um Offeio de a 447 endereçado a um des Procuradores da empresa Autors: Antonio Gouveia de Moraes, noticiando que em atenção a requerimento para emissão des certidões dominiais das matriculas a 5.854 e 30.028, 30.029, 30.010, 30031, 30.032, 30.033, 30.034, 30,035, 30.036, 30.017, 30,038, 30039, 30.040, 30.041, 30.042, 30.043, 30.044, 30.045, 30.048, 30.047, 30.048, 30.049, 10.050, 30.051 30.052, informumes que no será possivel à consecução dos serviços pelos Antes de fornecer qualquer certidão, ests Serventia averigua minuciosamente às matriculas seus registros anteriores. In casa, as sobreditas matriculas instruem o procedimento administrative na Diretoria do fórum da Comarca de Barra do Garças-MT, com pedido de providências sob codigo 186319 Dessa forma, verifica-se a impassibilidade de emissão da certidão, pois, para a sua lavratura de acordo com o artigo 18 da Lei n. 6.015/73, este oficial deve mencionar o livro de registro eu e documento arquivado na cartório, ou seja, deve consulta-lo, a que não será possível devido à explicação mencionada. Destarte este oficial não pode emitir a certidão sob pena de se violar o artigo 1º da Lei n. 8.935/94, no tocante a autenticidade, presunção relativa de veracidade que o documento terd após sua confecção; e eficácia, aptidão de produzir os efeitos calcados na segurança dos assentes, dos atos jurídicas Todavia, A autora quer esclarecer que jamais vendeu seus lotes e, nesta medida, até satio desconhecia o Requeridu. Assim, a escritura aqui tida por falsa, certamente foi outorgada por estelionatários que falsificaram os documentos da Autora Ao final desta exordial, requerer-se-á, de antemão, que seja expedido Oficio ao Tabelião do Canino de 2º Oficio da Comarca de Aragarças-GO, para que remata, diretamente ao Oficio judicial, a cópia dos referidos documentos, tendo em vista que o Sr. Tabelião com certeza se recusard, salvo ordem judicial, a entregar cópia do indigitado Cartão de Aasinatura do Requerente e do Primeiro Requerido e demais documentos que justificaram a lavraturu da Escriture Falsa de EMBRA para ATAIDE. (...). "Art. 1.247. Se o teor do registro não exprimir a verdade, poderá o interessado reclamar que se retifique ou anule. Parágrafo único. Cancelado o registro, poderá o proprietário reivindicar o imóvel. independentemente da boa-fé ou do titulo do terceiro adquirente. "Conclui, afastando direito de adquirentes e sub-adquirentes: Em suma, não mais paira dúvida na doutrina e na jurisprudência sobre a presunção relativa de veracidade do registro imobiliário que, ao contrário do sistema alemão, não é dotado de fé pública e nem é abstrato em relação ao titulo que lhe deu origem (por todos, confira-se completo estudo sobre o tema: Afrinio de Carvalho, Registro de Imóveis. Rio de Janeiro: Forense, p. 167 e seguintes). Antigo aresto do Supremo Tribunal Federal bem assentou a questão: "No Brasil, ao contrário do sistema germânico, que assentou os principios de presunção e fé pública no registro, o Código Civil não adotou simultaneamente esses dois postulados, mas apenas o primeiro deles, de sorte que a presunção pode ser destruída por prova contrária que demonstre que a transcrição foi feita, v. G., com base em venda a non domino" (RT 547/252, Rel. Min. SoarezMunoz). Em resumo, a boa-fé dos adquirentes e sub-adquirentes tem relevância apenas para conferir eventual direito à percepção de frutos, ou indenização por benfeitorias, enquanto tiveram a posse dos imóveis e persistir a ignorância do vicio (arts. 1.219/1.222 CC). Não, porém, para validar aquisição inexistente feita a non domino, sem o elemento do consentimento do verdadeiro proprietário. DA REINTEGRAÇÃO NA POSSE Declarada nula a escritura outorgada pelos Requerides, no que confia plenamente a Autora, concomitante ao seu direito de obter o titulo, nasce ao mesmo o direito de se ver reintegrado nu posse do imóvel descrito inicialmente, o qual encontra-se em poder dos Requeridos e até com terceiros de má-fé, a qual deverá ser compelida a restitui-lo a Autora, vez que caracteriza a posse indevida sobre o mesmo, ante a ma-fé e intuito de locuplemento ilícito da mesma. Assim sendo, visando o princípio da economia processual, a Autora requer digne-se V. Exa. reintegrá-la na posse do imóvel, determinando a expedição do competente mandado, com as conseqüências de direito, DO PEDIDO DE TUTELA DE EVIDÊNCIA O Novo Código de Processo Civil, (Lei 13.105/2015) em seu art. 311, com a redação dada pela Lei 8.950 de 13/12/1994, dispõe que o Juiz pode conceder a tutela de evidência a medida cautelar, "inaudita altera parte", e caso a concessão seja concedida somente a final poderá tornála ineficaz. Assim, o lapso temporal que decorrerá até a sua citação válida, ensejará graves conseqüências jurídicas para a Autora, cis que, irremediavelmente, os Requeridos e terceiros de má-fé, poderão transferir a terceiro a propriedade e posse do imóvel "sub-judice", ficando frustrados os objetivos da Ordinária, se a tutela de evidência pleiteada for concedida somente a final. Destarte, caso não seja concedida a a tutela de evidência e o bloqueio de quaisquer transferências, alienações ou registros que impliquem em ônus e encargos sobre o imóvel seja admitido somente a final, caracterizado está o "periculum in mora", um dos requisitos para que seja deferido o pedido de tutela de evidência. O "fumus boni iuris" encontra-se presente, vez que os Requeridos falsificaram as assinaturas da Autora, pelo qual a Autora confia no acolhimento da pretensão. Diante de todo o exposto, a Autora requer digne-se V. Exa, conceder-lhe a tutela de evidência para bloquear toda e qualquer transferência e/ou alienação do imóvel "sub-judice", ou registros de qualquer natureza que impliquem em ônus e encargos à propriedade do mesmo, com expedição de oficio a tal mister ao Cartório de Registro de Imóveis competente. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Nos termos do art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil, a Autora desde já manifesta, pela natureza do litigio, desinteresse em auto composição. DO PEDIDO FINAL Com fundamento nos argumentos de fato e de direito trazidos à colação, requer a Autora seja, ao final, a presente AÇÃO JULGADA PROCEDENTE: 1- Requer-se provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, incluindo pericia, produção de prova documental, testemunhal, inspeção judicial, depoimento pessoal dos Requeridoss sob pena de confissão caso não compareçam, ou, comparecendo, se negue a depor (art. 385, § 1º, do Código de Processo Civil). 2- Requer a Autora, desde já, seja expedido oficio ao Tabelião (Cartório do 2º Ofício, comarca de Aragarças-GO, Livro 08, Fls. 174/178), para que remeta cópia de boa qualidade, dos documentos pessoais da outorgante com ele arquivados e que ensejaram a Escritura de Venda e Compra datada de (18.09.2003) (livro 08- fls. 174/178). cuja falsidade embasa o vertente pedido. 3- Requer sejam os Requeridos citados nos endereços declinados inicialmente, para apresentarem, no prazo legal, a defesa que quiserem e puderem, acompanhando a presente ação até seu final deslinde, quando deverá ser totalmente procedente, com V. Exa. declarando a Nulidade de Escritura Definitiva de Venda e Compra, lavrada aos 18.09.2003, a fls. 174/178 do livro 08, nas Notas de Cartório do 2" Oficio de Aragarças-GO, determinando o cancelamento de seu respectivo registro perante R 2-30.028 a 30.052, do Cartório de Registro de Imóveis da 1" Circunscrição de Barra do Garças-MT, e as que vieram à posterior, como igualmente reintegrando-a na posse do referido imóvel e, por final, condenando os réus no pagamento das custas e despesas processuais e nos honorários advocatícios que V. Exa. arbitrar, além da indenização pela má-fé que se vier a apurar, bem como envio de peças ao Ministério Público, nos termos do art. 40 do Código de Processo Penal. 4- Requer-se que a citação dos Requeridos sejam efetuadas por VIA POSTAL, nos termos dos arts. 246, 1; 247 e 248 do Codigo de Processo Civil, para responder no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, do Código de Processo Civil), sob pena de serem tidos por verdadeiros todos os fatos aqui alegados (art. 344 do Código de Processo Civil). devendo o respectivo mandado conter as finalidades da citação, as respectivas determinações e cominações, bem como a cópia do despacho do MM. Juiz, comunicando, ainda, o prazo para resposta, o juizo e o cartório, com o respectivo endereço. 5- Requer A autora, outrossim, nos termos do art. 167, 1, n. 21 da Lei 6.015 de 1973, seja a citação dos Requeridos para a presente ação, de natureza reipersecutória, registradas nas matriculas n° (30.028 a 30.052) junto ao (1") Oficial de Registro de Imóveis de Barra do Garças-MT., para o conhecimento de terceiros. 6- A Autora requer a produção de todas as provas permitidas pela legislação processual em vigor, sem recesso de qualquer, especialmente pelo depoimento pessoal dos réus, sob pena de confesso, oitiva de testemunhas, juntada de novos documentos, pericia